

*Mitos e Lendas do Monte Roraima na tradução de Koch-Grünberg:
as contribuições de Mayuluaípu e Akulí para uma Literatura indígena brasileira*

Riane de Deus Lima¹

Eu li recentemente em Formação da Literatura Brasileira de Antonio Candido (1997) que nossa literatura é pobre e fraca, constituída de outras, mas ela e nenhuma outra exprime o que nós, os brasileiros, sentimos. Candido descreve que *apenas nosso amor legitimará* essas “débeis tentativas dos homens do passado” de estilizar sentimentos e considerações. Essa ideia do grande crítico despertou em mim um desejo de contribuir para ‘minha’ literatura brasileira. Escolhi, então, participar do chão onde piso, o Roraima.

Vislumbro uma questão importante para a teoria literária de nosso tempo e a possibilidade de contribuir para que “o universo mítico indígena se torne mais popular, faça parte do imaginário brasileiro, seja pesquisado, deixe de ser um domínio ignoto e incompreensível ” (MINDLIN, 1996, p. 282).

E nesse projeto, visto abordar em perspectiva da literatura comparada, mitos de fatura indígena e tradução, pensar o movimento de transposição da oralidade para escrita dos objetos textuais importantes para existência desses povos tradicionais, e lograr algum reconhecimento da colaboração dos povos originários do Circum-Roraima para a literatura brasileira.

O Monte Roraima destaca-se no horizonte, como imenso imaginário geográfico e compartilha discussões teóricas centradas na ideia de caracterizar cultural e literariamente um espaço comum de tradições: o Circum-Roraima, que abriga representantes de diferentes grupos de povos tradicionais, os Kapon – Ingarikó ou Akawaio e os Patamona – e os Pemón – Kamarakoto, Arecuná, Taurepáng e Macuxi.

Mas o que é o Roraima aqui defendido? É a montanha mais alta da região; ponto de referência compartilhado pelas três nações do extremo norte da América do Sul: Brasil, Venezuela e Guiana, comumente designado pela literatura etnográfica de região *circum-Roraima*.

Assim, podemos considerar as literaturas originadas no entorno do Monte Roraima, pois estas se modificaram em conformidade com a variação geográfica da região onde se manifestam. Afinal, pode-se supor que, como tudo o mais na vida, as influências da

¹ Aluna do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPA, Curso Doutorado em Estudos Literários.

paisagem e do modo de sua ocupação marcam literariamente os que nela vivem, algumas vezes até “de modo mais forte do que o lugar onde nasceram”. (CÂNDIDO, 2014, p.147).

Com intuito de apoiar essas reflexões, cito o livro *Na captura da voz: as edições da narrativa oral no Brasil* (2004) de Maria Inês de Almeida que propõe “uma nova prática de escrita está se tornando literatura” e acredito, como a autora, na importância da defesa da “inclusão da produção literária dos índios brasileiros no âmbito da literatura brasileira” (ALMEIDA, 2004, p.200).

Os indígenas brasileiros, através da aquisição e domínio da escrita, passam a fazer história, como produção de sentidos para a própria ressubjetivação. Não há história sem discurso. E a escrita e seus meios são instrumentos que os índios estão utilizando para configurar suas identidades. Identidade, não como essência, mas resultantes de processos de identificação do sujeito ao complexo de formações discursivas historicamente (ideologicamente) determinadas. O que se exige de um discurso não é uma verdade, é uma lógica discursiva (ALMEIDA, 2004, p.203-204).

A autora adverte que a produção de livros de autoria dos povos tradicionais nas últimas décadas no Brasil adquire tal visibilidade que ilumina passado e futuro do uso da linguagem, representação, estilo e autoria. E concordo com sua afirmação, em muitas partes, de que antes não houve literatura indígena no Brasil, nos termos propostos pela Teoria da Literatura, porque os índios não escreviam! (ALMEIDA, 2004, p.204). Mas cabem aqui muitas ressalvas! Porque sempre cantamos, contamos histórias ou falamos.

Ainda assim, imbuída dessa causa de uma Literatura Indígena Brasileira e da ideia de Paul Zumthor em *A letra e a Voz* (1997) de que “Oralidade não significa analfabetismo, despojado dos valores próprios de qualquer função social positiva ” (p.27) apresento meu corpus de pesquisa contido nas edições *Del Roraima al Orinoco: mitos y leyendas de los indios Taulipang y Arekuná, Tomo II* (1989 e 1981), o recém lançado *Do Roraima ao Orinoco: Resultado de uma viagem no Norte do Brasil e na Venezuela nos anos de 1911 a 1913 - Volume II: Mitos e lendas dos índios Taulipáng e Arekuná* (2022) e *Mitos e lendas dos índios Taulipáng e Arekuná* (1953) publicado na Revista do Museu Paulista, Volume nº VII, de autoria de Theodor Koch-Grünberg.

Fábio Almeida de Carvalho no livro *Makunaima=Macunaíma: Contribuições para o estudo de um herói transcultural* (2015) faz afirmações que fundamentam minha pesquisa: a ausência da seção “PROLOGO” nas edições brasileiras do livro *Mitos e lendas*, e de uma série de narrativas em língua indígena, a seção “TEXTOS”. São oito sequências narrativas apresentadas, em língua Taurepáng, com propriedade intelectual das produções atribuída a Mayuluaípu, e onde abaixo de cada linha do texto Grünberg apresenta uma tradução termo a termo, designada pelo autor como *tradução-interlinear*.

As narrativas que Theodor Koch-Grünberg² apresenta em seu texto são oriundas do um imaginário coletivo de nações tradicionais que habitam o circun-Roraima. Esses povos indígenas, representados por Akulí e Mayuluaípu, transmitiram sua poética ao naturalista.

São esses mitos que para os índios exercem a função de explicação e organização, sempre transmitido às novas gerações em forma de crenças, valores, leis – garantias da vida em comunidade, pois “Contar o mito é batalhar pela sobrevivência do próprio povo. Superior à História, o sentido do mito existe na utilização repetitiva por grupos sociais que fundam sua unidade através dos ritos que reencenam, de maneira intangível, o acontecimento da origem” (ALMEIDA, 2004, p.251).

Ou seja, não são apenas as palavras escritas que manifestam a capacidade de organizar sentidos. A comunicação oral proporciona nos grupos sociais os discursos que manterão a coesão do grupo, via identidade, memória, tradições, crenças.

Makunaíma das lendas de Mayuluaípu e Akulí, registrado pelo etnógrafo alemão Koch-Grünberg influenciou o escritor modernista Mário de Andrade a criar o ‘herói sem nenhum caráter’, contribuindo com o Modernismo, a Semana de 22, enfim, a literatura brasileira, em alguma medida.

Mas como posso unir Roraima, Makunaíma, e a teoria literária contemporânea? Acho que as narrativas indígenas são fonte valiosa para o corpus da literatura brasileira, mas sofrem um dimensionamento histórico menor e têm sua importância relegada a material etnográfico. Eu gostaria que minha pesquisa pudesse tecer algumas considerações acerca de novas formas de relações interculturais, valorização das civilizações tradicionais, culturas das margens, pluralidade das intersecções e as pretensas homogeneidades nacionais pós-coloniais e com isso, colaborar com a disseminação da ideia da Literatura indígena brasileira.

A disciplina História da Literatura na Universidade Federal do Pará – Ufpa com a professora Germana Sales e o professor Valdiney Valente foi um mergulho em diversos autores de histórias da literatura brasileira e objetivava que buscássemos relacionar nossas pesquisas com o arcabouço histórico literário brasileiro.

Iniciei com Antonio Candido (por sorteio) em *Formação da Literatura Brasileira* (1997) de onde o conceito de Literatura é proposto como sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer notas predominantes numa fase e cujas

² Theodor Koch-Grünberg era um filólogo alemão que participou de uma expedição ao Xingu, a partir da qual escreveu *Sobre o Animismo dos Índios Sul-Americanos* (1900).

Em outra expedição, de 1903 a 1905, publicou *Dois anos entre os índios do Brasil e Viagens no Noroeste do Brasil*.

Então, já um etnógrafo famoso, comandou sua própria expedição, que foi do Monte Roraima, no Brasil ao Rio Orinoco, na Venezuela, publicando depois 5 livros.

características internas são a língua, tema, imagem; além dos elementos de natureza social e psíquica que tornam uma literatura aspecto orgânico da civilização.

Antonio Candido destaca os produtores literários, mais ou menos conscientes do seu papel; os receptores, formando diferentes tipos de público, sem os quais as obras não vivem.

O recorte literário presente em *Formação da Literatura Brasileira* é justificado pela defesa desse sistema articulado *autor-público-obra*, em interação dinâmica, e continuidade em uma tradição. A partir de tal sistema, segundo Candido, a literatura brasileira não *nasce*, mas se configura no decorrer do século XVIII, encorpando um processo formativo, que vinha de antes e continuou depois.

Podemos contrastar sua ideia de sistema literário com a prática social da literatura dos intelectuais e escritores indígenas que com esforço adquiriram e dominaram a escrita da língua portuguesa, demandaram projetos de formação e escolas indígenas, enquanto lutavam pela reconquista de seu território e direitos civis, e fabricavam os livros didáticos nunca imaginados, mas que asseguram a emancipação de seu povo. Desconheço um exemplo melhor de sistema literário aos moldes propostos por Candido.

Além de que, a publicação e a demanda pela escrita indígena tornam de fato essas produções, literatura.

Por último, destaco o adjetivo utilizado pelo crítico para caracterizar o indianismo, como autêntico, legítimo, genuíno, fidedigno, colocando Gonçalves Dias e José de Alencar como seus principais representantes:

A forma reputada mais *lidima* de literatura nacional foi, todavia, desde logo, o indianismo, que teve o momento áureo do decênio de 40 ao decênio de 60, decaindo a partir daí até os escritores se convencessem da sua inviabilidade. Naquele momento, porém, encontrou em Gonçalves Dias e José de Alencar representantes do mais alto quilate (Grifo meu) (CANDIDO, 1997, p. 18).

Talvez se publicado na atualidade, Mayuluaípu estivesse em algum manual de história da literatura indígena, precursor de Daniel Munduruku, Aylton Krenak ou David Kopenawa, ou ainda, Julie Dorrico e Eliane Potiguara, só para citar alguns!

Avançando nas observações, entendi com Nelson Werneck Sodré, em *História da Literatura Brasileira* (1964) uma proposta de que *a formação e o desenvolvimento da literatura* são um reflexo da sociedade, fazendo parte do processo histórico desta. No caso da literatura brasileira, de passado colonial e evolução muito lenta, tornou-se precária quanto à produção literária, não sendo possível *exteriorizar* melhor particularidade artística. Poder-se-ia dizer que há obras, mas apresentam mais valor histórico que artístico.

O autor descreve que na época colonial predominava uma paisagem rural, imutável, sem inquietude e descontentamento, que são fermentos da renovação. Tudo girava na noção de cópia, em imitação servil, como se refletiu na literatura, dada a sua origem, isto é, em reprodução primária. O isolamento, portanto, se opõe à noção de progresso, porque não há impressões de fora, ou ainda, qualquer coisa capaz de inquietar. Em suma, segundo ele, nesse ambiente não se oferece renovação artística.

Assim, para Werneck, analisar gêneros e figuras de forma autônoma, isto é, sem vida social, é um erro, já que tudo carrega a marca da sociedade. Portanto, considerar aspectos apenas de autor e obra, sobretudo em excessos biográficos, é falsear a realidade.

Em seu texto, o crítico defende a ideia de que sofreremos uma transplantação, uma adoção dos costumes da colônia e da Europa, mas foi um meio necessário para acelerar nosso progresso. Esse efeito ocorreu no período da independência, e é considerado movimento típico de países que passaram por uma colonização. No entanto, é na independência que se inaugura a possibilidade de pensar uma literatura própria.

Entretanto, Nelson Werneck Sodré amplia a proposta de Antonio Candido e discorre muito sobre as contribuições tanto da figura do índio, quanto da autoria indígena.

Seguindo com as considerações, na segunda etapa do livro, intitulado *ESBOÇO DA LITERATURA NACIONAL* dois capítulos inteiros são dedicados a questão da contribuição indígena à nossa literatura.

No capítulo *3 As razões do indianismo* destaco a sequência de subtítulos: O índio e o negro na colonização – Os índios na narrativa de viagens - O índio e os utopistas – O índio e a literatura jesuítica – O índio e os enciclopedistas – O índio como assunto na literatura colonial – O índio como herói no esboço de uma literatura nacional – Razões da valorização do índio.

Werneck inicia o capítulo *AS RAZÕES DO INDIANISMO* afirmando a necessidade de um tratamento especial para o indianismo; pois no estudo do desenvolvimento da literatura brasileira, há um *complexo de ideias profundo e característico de um pensamento nacional representado pelo índio* (WERNEK, 1964, p. 255).

Então, o Brasil surge para o mundo conhecido simultaneamente com uma impossibilidade dos filósofos quinhentistas de criticar abertamente as injustiças do tempo, por causa da severa vigilância que a Igreja e o Estado exerciam sobre toda a produção intelectual, aplicada principalmente aos assuntos políticos.

Sem alternativas, começaram a fazer insidiosas descrições de comunidades ideais, um verdadeiro reino de venturas e os homens felizes que vivem em estado natural. Cresce o

mito do índio, *gente de bom trato, de índole honrada*, pois não havia nos índios *nem um vício*, sendo *povo é de muito boa e livre condição, não havendo naquela costa leis nem rei...* com ênfase em sua bravura, honestidade e inocência.

Ainda que Werneck cite os preconceitos, a questão da ascensão da burguesia, as navegações transoceânicas e as consequentes explorações econômicas das regiões distantes, o destaque é sempre o índio. Uma vez que até na catequese que promovem os jesuítas, a defesa que fazem dos índios, protestando quanto a aflição e tormento deste povo, mas cerrando os olhos a submissão forçada dos negros empregados como animais de trabalho, sem esperança, nem redenção.

Louvando sempre ao bom selvagem que se caracterizava pela ausência de bens pessoais, que se conduzia sempre com bravura, criatura plena de virtudes, numa sociedade digna de elogios a que os civilizados desviam invejar; Rousseau é o responsável pela divulgação do mito do bom selvagem.

Vimos, nesse rápido percurso, como a ideia da bondade natural do índio, de suas virtudes individuais dos primeiros textos de viajantes e navegadores, atravessou três séculos e foi constituir um dos elementos principais na fase de transformação da sociedade que encerra um período da história. (WERNECK, 1964, p.263)

Mas avancemos no intento, pois no capítulo seguinte 4 - *O INDIANISMO E A SOCIEDADE BRASILEIRA*, os subtítulos ainda trazem a temática indígena: o indianismo como traço geral de distinção: – O antilusismo indianista – Nativismo e indianismo – Raízes do indianismo – O indianismo no romance: Jose’ de Alencar – O indianismo na poesia: Gonçalves Dias.

No processo de independência, os grandes proprietários territoriais vão para os centros urbanos, sede dos órgãos do novo poder público. Vão dirigir a nação, organizá-la, configurar seus elementos na medida do seu interesse de classe, na obediência dos seus princípios e dos seus ideais.

Enquanto que no precário quadro das atividades artísticas firma-se a abstração do *bon sauvage* dos utopistas do século XVIII. E as características atribuídas aos indígenas que o fazem incompatíveis com a atitude servil – sua ociosidade, aversão a todo esforço disciplinado, imprevidência, intemperança, gosto por atividades predatórias e não por produtivas – ajusta-se aos padrões tradicionais de vida das classes nobres.

Gonçalves Dias e Alencar atribuem ao índio virtudes convencionadas aos antigos fidalgos e cavaleiros.

E um furor nativista pós independência, onde muitos senhores mudam o nome de famílias portuguesas para nomes indígenas: Buritis, Muritis, Juremas, Jutaís, Araripe.

Brasileiros menos indianistas nas tendências, porém não menos nativistas intercalavam 'Brasileiro', 'Pernambucano', 'Paraense', 'Maranhense', anunciando a origem brasileira, ou particularizando a regional.

Werneck explicita que só no Brasil a valorização literária do índio culminou numa escola literária de destacado papel. O indianismo representava a mente revoltada contra a hegemonia literária portuguesa, o classicismo, nosso recurso natural de reação espiritual nacionalista.

Ergueu-se o império sobre esse alicerce emocional. Amor exaltado do país, repulsa ao forasteiro, valorização dos antecedentes indianistas, contemplação das belas ideias francesas de 1789, intransigente defesa da estrutura social que nos legara a colônia.

O indianismo não era apenas uma saída natural e espontânea, mas algo de profundamente nosso, em contraposição a tudo que em nós era estrangeiro, estranho e viera de outras fontes.

Entretanto, não devemos ignorar que a atividade literária no tempo do indianismo era condicionada à classe dominante, de senhores de terra e escravos. Essa era a classe dos escritores e nessa classe é que estavam os leitores. Valorizar o negro corresponderia a entrar em conflito com essas origens; os padrões estabelecidos relegavam o trabalho, que era sinal de subserviência, ao negro escravo.

Seria impossível valorizar o trabalho numa sociedade escravocrata e latifundiária, onde a diferença era a superioridade dos que não trabalhavam, mas usufruíam. O índio nada tinha a ver com o trabalho – era uma criatura livre. Fora o índio o adversário do português colonizador – ele que, dono da terra, e livre nessa terra, opusera-se ao domínio luso, lutara e fora derrotado combatendo.

Assim, na opinião de Werneck Sodré o indianismo deu um considerável impulso à literatura brasileira. E mais: popularizou-a, segundo as afinidades que estabeleceu com o público, traduzindo com fidelidade exemplar a realidade do país, os condicionamentos de sua estrutura econômica e social.

José de Alencar com *O Guarani* faz o indianismo alcançar entre nós o público. É considerado o momento inaugural da tendência. Não traduziu a realidade do índio, mas justifica-se que o escritor intenta poetizar e projetar a raça quase extinta. Alencar pretendeu compor um quadro do país que abarcasse toda sua variedade.

Contudo é com Gonçalves Dias que o indianismo se apresenta de forma espetacular. Basílio da Gama e Santa Rita Durão foram os primeiros a introduzir o índio, mas não era como elemento de ação, de protagonismo. Mas em Gonçalves Dias ele é de fato o

elemento principal, o herói; é claramente a preferência do poeta, sendo o índio e a natureza seus dois grandes temas.

Portanto, se Alencar assegurou a generalização do gosto pelo indianismo, Gonçalves Dias eterniza esses motivos e os incorpora à arte literária.

E para rematar, escolhi Silvio Romero e sua *História da Literatura Brasileira* (1953) para inspirar outras reflexões pela argumentação: “É mister começar pelo índio. Ele representa na população do país o elemento mais antigo, mais adaptado ao solo, aclimado, mais conhecedor das várias zonas, numeroso durante dois séculos; aquele que, a despeito de lutas posteriores, foi o arrimo primário a que se acostou o invasor.” (ROMERO, 1953, p.70)

E em relação a literatura indígena foi o autor em que encontrei excertos de poesias e cantos em língua indígena com as quais posso buscar uma relação com registro feito por Theodor Koch-Grünberg, pois temos as sequências narrativas transcritas da língua Taurepáng, para alfabeto fonético internacional.

Não que o presente texto objetive comparar a fatura étnica Taurepáng com o registro em Tupi; tal ideia não é a proposta original aqui pretendida. A ideia seria ampliar a discussão acerca de uma Literatura Indígena brasileira e talvez atestar que essa premissa já vem sendo pensada e discutida pela Teoria da Literatura.

A leitura de Silvio Romero me sensibilizou para questões como: “A nação brasileira atual de quem descende, dos portugueses ou de seus ocupantes originários?” E nessa mesma senda: “Será a coroa da nossa prosperidade o dia de sua inteira reabilitação?” E como remir a culpa?” (ROMERO, 1953, p.71) Questões ainda mais interessantes para serem acrescida à pauta de reflexões da Teoria Literária contemporânea. Ainda que para o teórico, importava as qualidades que o índio cresceu ao povo brasileiro:

Eis aí: parece o disreitar de preparatorianos em decidir quem foi maior, Alexandre ou César, Aníbal ou Napoleão... São debates sem alcance, insolúveis ou impertinentes. Não é isso que havemos mister. A questão é uma só: qual o estado de cultura do índio, ou quais as suas qualidades sociais e como e com que entrou na formação do povo brasileiro. Tudo o mais é pintar n'água. (ROMERO, 1953, p.72)

Independentemente da futilidade do assunto, o que assombrou foi descobrir que essas questões já foram debatidas. Mas o que difere em nossa contemporaneidade é que agora os povos tradicionais não precisam mais da ajuda de transcritores. Agora, eles assumiram a palavra escrita. Ou seja, “o arcabuz não venceu a flecha e o tacape” (ROMERO, 1953, p.71). O índio agora maneja a ferramenta do branco, com competência.

E acrescento à presente pesquisa o texto de Marcia A. P. Martins da PUC-RJ *O papel da Tradução como força modeladora dos sistemas literários* (2010) no qual a autora

propõe: “Em todos esses casos, a literatura traduzida participa ativamente na configuração do centro do polissistemas, no qual introduz novos gêneros, novos modelos textuais, novas linguagens poéticas, novas formas métricas” (MARTINS, 2010, p115).

A ideia que me ocorre é a participação dos textos coligidos pelo etnógrafo alemão Theodor Koch-Grünberg; e como influíram na obra prima do Modernismo brasileiro *Macunaíma* (1978) de Mário de Andrade e sua importância, tendo em vista que:

Dessa forma, quando as obras traduzidas ocupam uma posição primária, cria-se um clima propício à introdução de novos modelos poéticos baseados na forma do texto de partida, que disputam espaço com modelos disponíveis na literatura do sistema-meta – ou seja, com a tradição (MARTINS, 2010, p115).

Ou seja, os mitos oriundos do circum-Roraima já fazem parte da literatura brasileira, pois com a tradução de Grünberg lograram ofertar a Mário de Andrade, novo modelo poético. Assim, temos mais facetas a serem consideradas, pesquisadas, debatidas, rebatidas, confrontadas, enfim; contribuir para evoluir e firmar as bases de nossa Literatura indígena brasileira.

E finalizo o presente texto com as palavras de Rama: de que precisamos restabelecer obras literárias das sociedades americanas, reconhecendo-as como construções audazes e significativas, desenvolvidas como modo de reforçar conceitos verbais de independência, originalidade e representatividade (Rama, 2008, p.24).

Como os mitos de Mayuluaípu e Akulí, traduzidos por Theodor Koch-Grünberg.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*/Mário de Andrade. – Edição Crítica/de Telê Porto Ancona Lopez. – Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.

ALMEIDA, Maria Inês de. *Na captura da voz – as edições da narrativa oral no Brasil*/Maria Inês de Almeida, Sônia Queiroz. – Belo Horizonte: Autêntica; FALE/UFMG, 2004.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. 8ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997.

_____. *Literatura e Sociedade* / Antonio Candido de Mello e Souza/ 13.ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul/2014.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. *Del Roraima al Orinoco: mitos y leyendas de los indios Taulipang y Arekuná*. Trad. Federica de Ritter. Caracas: Ernesto Armitano, 1989.

_____. *Del Roraima al Orinoco: mitos y leyendas de los indios Taulipang y Arekuná*. Trad. Federica de Ritter. Caracas, Venezuela, 1981.

_____. *Mitos e lendas dos índios Taulipang e Arekuná*, Tradução de Henrique Roenick, Revisão de M. Cavalcanti Proença, - Prefácio de Herbert Baldus, Revista do Museu Paulista, São Paulo, v. VII, 1953, disponível em: < Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai - www.etnolinguistica.org>

_____. *Do Roraima ao Orinoco: Resultado de uma viagem no Norte do Brasil e na Venezuela nos anos de 1911 a 1913 - Volume II: Mitos e lendas dos índios Taulipang e Arekuná* / Theodor Koch-Grünberg; traduzido por Cristina Alberts-Franco. – São Paulo: Editora UEA, 2022.

MARTINS, Marcia A. P. *O papel da tradução como força modeladora dos sistemas literários*. In: WEINHARDT, Marilene; CARDOZO, Mauricio Mendonça (Orgs.) Centro, Centros – Literatura e Literatura Comparada em discussão. Curitiba: Editora UFPR, 2011, p. 111-126.

MINDLIN, Betty. *A cabeça voraz*. Estudos Avançados. Portal de Revistas da USP, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8947/10499>

RAMA, Ángel. *Transculturación narrativa em América Latina*. 2ª ed.- Buenos Aires: Ediciones El Andariego, 2008.

ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Quinta edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a Voz: A literatura medieval*/Paul Zumthor; tradução Amálio Pinheiro, Jerusa Pires Ferreira. - São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *Introdução à Poesia Oral*. Editora Hucitec. São Paulo, 1997.

